


	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão: 20	Secretaria Municipal de Transportes	
<p>de passageiros em táxi da categoria luxo, e dá outras providências.(alterado pelo Decreto nº 22.019 de 12/03/1986) DECRETO 17.167 03/02/1981 Dispõe sobre a renovação, no exercício de 1981, dos alvarás de estacionamento de táxis das categorias comum, especial e luxo. DECRETO 22.015 11/03/1986 Dá nova redação a letra "D", do item I, do Art. 4º, do Decreto nº 11.518, de 14/11/1974, que classifica os veículos de aluguel providos de taxímetro, destinados ao transporte individual de passageiros no Município, nas categorias serviço de luxo, serviço especial e serviço comum. DECRETO 22.019 12/03/1986 Altera dispositivos do Decreto nº 16.896, de 16/09/1980, e acrescenta parágrafos ao Artigo 17º do mesmo Decreto que disciplina o transporte individual de passageiros em táxis de categoria luxo. DECRETO 22.688 29/08/1986 Autoriza, excepcionalmente, o recebimento de pedidos de renovação de Alvará de Estacionamento sem o comprovante de vistoria prévia, e dá outras providências. DECRETO 23.123 26/11/1986 Regulamenta a Lei 10154/86, que dispõe sobre o transporte coletivo de escolares no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências. DECRETO 23.291 13/01/1987 Proíbe a redução da quantidade de veículos de propriedade de empresas permissionárias do serviço de táxis que obtiveram Alvarás de Estacionamento, em caráter inicial, expedidos nos termos do Decreto nº 22.686, de 1986. DECRETO 23.747 22/04/1987 Prorroga o prazo a que se refere o Art. 13, do Decreto nº 23.123, de 25/11/1986. DECRETO 24.336 04/08/1987 Dá nova redação ao Art. 4º, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 11.518, de 14 de novembro de 1974, que classifica os veículos de alugel providos de taxímetro, destinados ao transporte individual de passageiros, nas categorias Serviço de Luxo, Serviço Especial e Serviço Comum. DECRETO 24.880 06/11/1987 Revoga o Decreto nº 8.918, de 1º de agosto de 1970. DECRETO 26.895 14/09/1988 Altera redação do parágrafo 2º do Art. 5º do Decreto nº 11.518, de 14 de novembro de 1974. DECRETO 27.180 21/10/1988 Revoga o Decreto nº 17.034, de 28/11/1980, que acrescentou o parágrafo 5º ao Art. 32 do Decreto nº 8.439, de 10/10/1969. DECRETO 27.650 15/02/1989 Fixa a competência para autorizar a expedição do Termo de Permissão e Alvará de Estacionamento de Táxis no Município de São Paulo e dá outras providências. DECRETO 27.865 07/07/1989 Adota no Município de São Paulo a Unidade Taximétrica unificada pelo Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO, e dá outras providências. DECRETO 27.879 14/07/1989 Prorroga o prazo fixado no parágrafo único, do artigo 1º do Decreto 27.650, de 15 de fevereiro de 1989. DECRETO 28.543 12/02/1990 Dá nova redação ao Art. 16 do Decreto nº 8.439, de 10 de outubro de 1969, e dá outras providências. DECRETO 30.437 29/10/1991 Regulamenta a Lei 11.086, de 06/09/1991, que estabelece normas para execução de serviços de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel providos de taxímetro, e dá outras providências. DECRETO 31.421 09/04/1992 Estende a categoria comum-rádio as disposições contidas no Decreto nº 30.437, de 29 de outubro de 1991, e dá outras providências. DECRETO 32.223 14/09/1992 Institui, no Sistema de Transporte Individual de Passageiros, por veículos de aluguel</p>		
<p>providos de taxímetro, a categoria "Perua-Rádio-Táxi",e dá outras providências. DECRETO 32.224 14/09/1992 Dá nova redação ao Art. 2º do Decreto nº 30.437, de 29/10/1991, e dá outras providências. DECRETO 32.225 14/09/1992 Acrescenta dois parágrafos ao Art. 12 do Decreto 8.439, de 10/10/1969 e dá outras providências. DECRETO 33.229 27/05/1993 Dá nova redação ao Art. 1º do Decreto nº 14.153, de 21/12/1976. DECRETO 33.958 27/01/1994 Altera a redação da alínea "c" do Inciso I, do Art. 4º do Decreto nº 11.518, de 14/11/1974. DECRETO 34.658 11/11/1994 Regulamenta a Lei nº 11.659, de 04/11/1994, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança pelos ocupantes do bancos dianteiros do automóveis que circularem pelo Município de São Paulo, e dá outras providências. DECRETO 34.721 05/12/1994 Dispõe sobre a circulação de táxis na área central do Município de São Paulo e dá outras providências. DECRETO 35.157 30/05/1995 Fixa novos preços públicos para a operação de remoção e para estadia de veículos, e dá outras providências. DECRETO 35.814 23/01/1996 Dispõe sobre a suspensão de alvarás de estacionamento para táxis, e dá outras providências. DECRETO 35.904 27/02/1996 Dá nova redação à alínea "C" do inciso II do Art. 4º do Decreto nº 11.518, de 14 de novembro de 1974. DECRETO 36.197 08/07/1996 Revoga o Decreto nº 22.252, de 28 de maio de 1986, e dá outras providências. DECRETO 39.708 09/08/00 Regulamenta a Lei nº 12.823, de 7/04/1999, que obriga os estabelecimentos comerciais que específica e oferecer espaço para instalação de pontos de táxis e a construir baias, e dá outras providências. DECRETO 40.255 18/01/2001 Revoga o Decreto nº 38.411, de 1º de outubro de 1999, alterado pelo Decreto nº 38.464, de 18 de outubro de 1999, e dá outras providências. DECRETO 42.037 23/05/2002 Institui, no Município de São Paulo, a categoria táxi executivo para o transporte individual de passageiros e dá outras providências. DECRETO 42.423 24/09/2002 Dispõe sobre a regulamentação da atividade de fretamento, como modalidade do serviço de transporte coletivo privado de passageiros, prevista na Lei nº 13.241, de 12/12/2001, e dá outras providências. DECRETO 43.461 14/07/2003 Regulamenta a Lei nº 13.515, de 17/01/2003, que dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Município de São Paulo. DECRETO 43.810 17/09/2003 Dispõe sobre a autorização para operação do serviço de táxi em ponto privativo. DECRETO 43.834 22/09/2003 disciplina, no sistema de transporte individual de passageiros por táxi, o serviço comum-rádio.(Alterado e acrescentado o inciso III no art. 2º, pelo Decreto nº 44.205 de 04/12/2003) DECRETO 44.205 04/12/2003 Acrescenta o inciso III ao artigo 2º do Decreto 43834, de 22 de setembro de 2003, que disciplina, no sistema de transporte individual de passageiros por táxi, o serviço comum-rádio. DECRETO 44.530 24/03/04 Concede isenção ao permissionário do Sistema de Transporte Individual de passageiros por táxi, do pagamento do preço público para a expedição de novo alvará de estacionamento, na situação específica. DECRETO 44.730 03/05/2004 Dispõe sobre a idade de veículos utilizados na atividade de fretamento, regulamentada pelo Decreto nº 42.423, de 23 de setembro de 2002, e altera os inciso I e II do parágrafo 2º do seu artigo 3º</p>		

	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão: 20	Secretaria Municipal de Transportes	
<p>DECRETO 46.145 28/07/2005 Regulamenta a exploração de publicidade em veículos de aluguel providos de taxímetro, destinados ao transporte público individual de passageiros, nos termos do parágrafo 2º do Art. 33 da Lei nº 13.525, de 28/02/2003, a qual dispõe sobre a ordenação de anúncios na paisagem do Município de São Paulo. DECRETO 46.198 12/08/2005 Dispõe sobre o serviço de transporte de pequenas cargas, denominado "moto-frete". DECRETO 46.891 07/01/2006 Revigora o Decreto nº 46.198,11/08/05, na forma que especifica. DECRETO 47.936 30/11/2006 Fixa novos valores para as tarifas do serviço de táxis no Município de São Paulo. DECRETO 48.451 19/06/2007 Revoga os Decretos nºs 31.737, 17/06/1992 e nº 44.040, 28/10/2003 . DECRETO 49.252 26/2/2008 Isenta de tarifa adicional de 50% as corridas de táxi da capital para o Aeroporto de Guarulhos. DECRETO 49.802 23/7/2008 Autoriza a Secretaria Municipal de Transportes a realizar sorteio de alvará de estacionamento da modalidade taxi, para atender exclusivamente as necessidades de deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.</p> <p>SPTRANS</p> <p>LEI 8.424 18/8/1976 Autoriza a celebração de novo contrato de concessão com a CMTC, e dá outras providências. Alterada a redação original: Dec.14.621/77,Lei 8.579/77, Lei 8.593/77, Dec.28.451/89, Lei 10.839/90, Dec.28.583/90,Dec.28.745/90, Dec.28.952/90, 29.100/90; Dec.29.264/90,Dec.29.402/90,Dec.29.469/91,Dec.29.511/91,D ec.29.727/91,Dec.29.776/91,Dec.29.815/91,Dec.29.854/91,De c.29.960/91, Lei 11.089/91,Dec.30.365/91,Dec.30.524/91,Dec.33.162/93,Port.0 34/04,Dec.23.526/87,Dec.23.655/87,Dec.29.600/91,Dec.30.43 0/91,Dec.42.836/03,Dec.44.540/04,Dec.47.314/06,Dec.47.350/ 06,Dec.47.878/06. LEI 10.731 6/6/1989 Institui a representação de empregados nos órgãos de administração e fiscalização das empresas e fundações nas quais tenha o Município de São Paulo, o controle majoritário. Alterada a redação original: dec. 27.943/89, LEI 11.011/91. LEI 11.379 17/6/1993 Obriga publicação no D.O.M do relatório de receita /despesa referente ao sistema de transporte coletivo. Alterada a redação original: PORTARIA nº 253/94 - SMT. LEI 11.381 17/6/1993 Autoriza o executivo municipal a conceder a isenção do pagamento da tarifa nas linhas urbanas de ônibus às mulheres com mais de sessenta anos de idade e homens maiores de 65 anos.Alterada a redação original: DECRETOS 42.038/02 de 25/05/02; DECRETO 43.469/03 de 15/07/03; DECRETO 43.535 de 28/07/03; port. SMT 150/03 de 29/07/03; DECRETO 34.321 de 07/07/94. LEI 11.603 12/7/1994 Dispõe sobre a utilização de gás natural como combustível na frota de veículos oficiais, de transporte público e coletivo de passageiros, e dá outras providências. LEI 13.241 12/12/2001. Dispõe sobre a organização dos serviços do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros na Cidade de São Paulo, autoriza o poder público a delegar a sua execução, e dá outras providências. Alterada a redação original: port. SMT 140/02, port. SMT 133/02, port. SMT 47/04, port. 74/05 - SMT, DECRETO 42.184/02, DECRETO 42.423/02, port. 96/04 - SMT, port. 77/05 - SMT DECRETO 42.736/02, DECRETO 42.781/03, DECRETO</p>		
<p>44.730/04, port. SMT 055/02, DECRETO 42.184/02, port. SMT 141/03. Revogada pela port. 190/03 - SMT, DECRETO 47.139/06 ,Port.SMT.AG77/05,Port.SMT.GAB-96/04. LEI ESTADUAL 12.392 23/5/2006 Revoga os Decretos-Leis que especifica,relativos ao período compreendido entre os anos 1938 e 1947 (Lei Estadual) DECRETO LEI 365 10/10/1946 Estabelece medidas complementares às determinadas pelo Decreto Lei Estadual nº 15.958/46, Lei 7.526/70, Lei 8.075/74 e Dec. 6547/66. DECRETO 987 18/6/1947 Autoriza o funcionamento da Companhia Municipal de Transportes Coletivo. Alterada a redação original: Publc.-91.103/95. DECRETO 11.187 31/7/1974 Disciplina a operação,através de Empresas Permissionárias, do Transporte Coletivo por ônibus no Município da Capital. Revoga o Decreto nº 6.547 de 11/07/66. Alterada a redação original:Dec. 11.188/74,Dec.11.273/74,Dec.11.694/75,Dec.14.616/77 e Dec.14.931/78. DECRETO 14.629 22/7/1977 Dispõe sobre a contratação, pela CMTC, de empresas para operação de transporte coletivo de passageiros, nos termos das Leis nºs 8.424/76 e 8.579/77 e dá outras providências. Alterada a redação original: Port.29/82 e Dec. 29.470/91 e Dec.23.182/86 - 23.655/87-Dec.29.727/91. DECRETO 29.854 24/6/1991 Institui a Modalidade especial para transporte coletivo de passageiros por ônibus no Município de São Paulo;disciplina sua contratação pela CMTC, e dá outras providências. Alterada a redação original:Dec. 31.280/92, Dec.33.162/93. DECRETO 35.905 26/2/1996 Permite a utilização, no sistema de transporte coletivo denominado "Bairro a Bairro", de veículos adquiridos através de "leasing" ou arrendamento mercantil. DECRETO 36.071 9/5/1996 Institui no sistema de transporte coletivo de passageiros do Município de São Paulo, modalidade comum, serviço destinado a atender pessoas com mobilidade reduzida, e dá outras providências "ATENDE". Alterada a redação original: DECRETO 45.038/04. DECRETO 39.364 3/5/2000 Dispõe sobre acobrança de tarifa para modalidade Lotação, integrante do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de São Paulo e dá outras providências. DECRETO 42.038 24/5/2002 Regulamenta a LEI n.º 11.381, de 17/06/93, que autoriza o executivo municipal a conceder isenção, do pagamento de tarifa nas linhas urbanas de ônibus. DECRETO 42.184 11/7/2002 Dispõe sobre a gestão financeira do serviço de transporte coletivo público de passageiros, e dá outras providências. DECRETO 42.423 27/3/2002 Dispõe sobre a regulamentação da atividade de fretamento, como modalidade do serviço de transporte coletivo de passageiros, prevista na LEI nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, e dá outras providências. DECRETO 46.367 21/9/2005 Estabelece normas complementares para fiscalização e gestão do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros da Cidade de São Paulo, instituído pela LEI 13.241, de 12 dezembro de 2001.Dec. 48.139/07, Dec.47.450/06. DECRETO 47.139 27/3/2006 Altera o artigo 45 do DECRETO nº 42.736, de 19 de dezembro de 2002, que regulamenta a LEI nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, para o fim de criar a comissão de acompanhamento da "conta sistema", estabelecendo suas competências.</p> <p>CET</p>		

	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão: 20	Secretaria Municipal de Transportes	
<p>LEI 8.394 28/5/1976. Autoriza a constituição da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, e dá outras providências. LEI 6.895 25/5/1966. Estabelece cobrança de preço pelo estacionamento de veículos nos bens públicos de uso comum do povo. LEI 10.731 6/6/1989 Institui a representação de empregados nos órgãos de administração e fiscalização das empresas e fundações nas quais tenha o Município de São Paulo, o controle majoritário. LEI 12.523 28/11/1997 Autoriza o Executivo a outorgar, mediante licitação, concessão para exploração de estacionamento em vias e logradouros públicos, e dá outras providências. LEI 14.072 18/10/2005 Autoriza a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET a cobrar pelos custos operacionais de serviços prestados em eventos, relativos à operação do sistema viário. DECRETO 11.661 30/12/1974. Dispõe sobre permissão de estacionamento em vias e logradouros públicos do Município, e dá outras providências. DECRETO 17.115 05/01/981. Dispõe sobre a transferência, para a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, da permissão para exploração de estacionamento em vias e logradouros públicos do Município, e dá outras providências. DECRETO 17.169 3/2/1981. Prorroga o prazo de início da vigência do Decreto no 17.115, de 05 de janeiro de 1981. DECRETO 29.440 18/12/1990. Dispõe sobre redução de preço de aquisição de lotes de talonários de cartões de estacionamento em vias e logradouros públicos, e dá outras providências. DECRETO 37.293 27/1/1998. Fixa atribuições à Secretaria Municipal de Transportes; designa o Departamento de Operação do Sistema Viário - DSV para exercer as funções previstas no Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências. DECRETO 46.942 30/1/2006. Regulamenta aplicação da Lei no 14.072, de 18 de outubro de 2005, que autoriza a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET a cobrar pelos custos operacionais de serviços prestados em eventos, relativos à operação do sistema viário. DECRETO 47.540 3/8/2006 Dá nova redação ao Art. 2º do Decreto nº 41.031 de 22/08/01, que regulamenta a Lei nº 12.480 de 25/09/97, a qual dispõe sobre o Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo - Evento Estratégico. DECRETO 47.541 4/8/2006 Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 46.942 de 30/01/06, que regulamenta a Lei nº 14.072 de 18/10/05 - Evento Estratégico. DECRETO 48.115 1/2/2007 Altera a redação do "caput" do artigo 25 do Decreto nº 46.492, de 30/01/06, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.072 de 18/10/05.</p>		

	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão: 21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	
<p><u>Legislação.</u></p> <p>DECRETO-LEI 333 27/12/1945 Reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura instituindo Secretarias e dando outras providências. DECRETO-LEI 346 13/2/1946 Transfere atribuições ao Secretário dos Negócios Internos e Jurídicos e dá outras providências. DECRETO-LEI 405 11/3/1947 Dispõe sobre organização administrativa da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos e dá outras providências. DECRETO 1.186 30/8/1950 Regulamenta o DECRETO-LEI nº 405, de 11 de março de 1947, que dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos e dá outras providências. DECRETO 2.498 8/4/1954 Dispõe sobre atribuições do Secretário dos Negócios Internos e Jurídicos e dos Diretores dos Departamentos Jurídico e do Expediente e do Pessoal. LEI 5.531 17/7/1958 Cria na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, o Departamento Consultivo, o Departamento Fiscal, o Departamento Judicial e o Departamento Patrimonial e dá outras providências. LEI 7.743 21/6/1972 Modifica, parcialmente, a estrutura da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, e dá outras providências. DECRETO 12.062 27/6/1975 Dispõe sobre delegação de competência dos Secretários Municipais. DECRETO 14.515 29/4/1977 Dá nova denominação e reorganiza a Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos, e. dá outras providências. LEI 9.756 21/11/1984 Altera, parcialmente, a estrutura do Gabinete da Secretaria dos Negócios Jurídicos; cria os cargos que especifica, e dá outras providências. LEI 10.182 30/10/1986 Dispõe sobre a nova composição da Secretaria dos Negócios Jurídicos - SJ, cria a Procuradoria Geral do Município - PGM, reestrutura a carreira de Procurador, e dá outras providências. DECRETO 23.091 13/11/1986 Dispõe sobre a competência e a organização da Secretaria dos Negócios Jurídicos e da Procuradoria Geral do Município, parte integrante desta, bem como dá providências. DECRETO 23.751 23/4/1987 Institui o Sistema Sumular de Jurisprudência Administrativa, junto à Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências. DECRETO 25.618 25/3/1988 Dispõe sobre a criação do Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR, da Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências. DECRETO 26.002 27/5/1988 Dispõe sobre a transferência do Conselho Municipal de Acidentes com Viaturas Municipais COMUV, da Secretaria Municipal da Administração - SMA, para a Secretaria dos Negócios Jurídicos - SJ, e dá outras providências. DECRETO 27.321 11/11/1988 Consolida as normas referentes à organização e à competência da Secretaria dos Negócios Jurídicos, e dá outras providências. DECRETO 27.651 15/2/1989 Dispõe sobre a transferência de unidades no âmbito da Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências. LEI 11.300 9/12/1992 Dispõe sobre a criação e organização do Serviço de Apoio Jurídico à população necessitada, e dá outras providências. DECRETO 32.906 28/12/1992 Regulamenta a LEI nº 11.300, de 9 de dezembro de 1992, e dá outras providências.</p>		